



AMADORA



MUNICÍPIO DA AMADORA

Relatório e Contas Consolidadas - 2021





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Câmara Municipal de Amadora** (a Entidade), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de ativo de 473.038.503 euros e um total de património líquido de 449.780.308 euros, incluindo um resultado líquido de 508.214 euros), a demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração consolidada de alterações do património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com reservas” pontos 1,2, 3.1, 3.2 e 3.3 e quanto aos efeitos da matéria referida no ponto 3.4, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Câmara Municipal da Amadora** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP).

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. Atendendo às especificidades do processo de inventariação e valorização do património municipal e pese embora o esforço continuado por parte da Entidade na inventariação e valorização total dos imóveis, parte destes bens nomeadamente os do domínio público não estão ainda inventariados e outros bens não se encontram totalmente valorizados, não sendo possível, à presente data, determinar o efeito positivo no ativo e no património líquido resultante desse processo.
2. Apesar das diligências efetuadas, não foi possível à Entidade obter em tempo útil toda a informação referente aos acordos de concessão de serviços conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas demonstrações financeiras.
3. O ativo da Entidade inclui uma participação financeira nos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora (SIMAS) representativa de 50% do capital. Esta participação encontra-se registada de acordo com Método da Equivalência Patrimonial com um valor aproximado de 103,15 M euros (em 2020: 75,84 M euros). Da nossa análise às demonstrações financeiras individuais do SIMAS

1 de 6



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Jb'.

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 bem como ao conteúdo da respetiva certificação legal das contas identificamos as matérias que a seguir descrevemos:

3.1 Os SIMAS desencadearam, no âmbito da NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis, um novo processo de inventariação e de atualização dos registos dos bens imóveis que se encontram afetos de forma permanente ao seu património, principalmente no que concerne às cedências da rede de água, saneamento, pluviais e edifícios. Apesar do extenso trabalho desenvolvido e com um impacto de 54M euros em Ajustamentos de Transição, a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito do nosso trabalho. Adicionalmente não foi possível alocar os diferimentos decorrentes dos subsídios ao investimento (património líquido em SNC-AP) aos ativos fixos tangíveis subjacentes, assim como atestar a decorrente especialização dos mesmos.

3.2 Os SIMAS adotam um sistema de faturação do fornecimento de água e das tarifas de saneamento e de resíduos urbanos cuja integração na contabilidade financeira não se encontra otimizada. A 31 de dezembro de 2021, as contas relacionadas com a situação descrita são, os Ativos, clientes, contribuintes e utentes 13,86M euros (13,19M euros em 2020) e outras contas a receber não corrente 0,20M euros (0,17M euros em 2020) e, no Passivo, outras contas a pagar não corrente 6,96M euros (7,06M euros em 2020). Os procedimentos adotados não nos permitem verificar, por devedor, no final de cada período contabilístico, (i) o valor total e a sua antiguidade, (ii) os valores a entregar ao Município de Oeiras, referente às tarifas fixas e variáveis e à taxa de gestão dos resíduos urbanos e ao Município da Amadora, referentes às tarifas de saneamento ambiental, tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos e (iii) se a dívida é, ou não, de cobrança duvidosa e, conseqüentemente, suscetível de constituição de imparidades.

3.3 A rubrica de Outras contas a pagar não correntes, no montante de 8,7M euros (8,6M euros em 2020), inclui o valor de cauções recebidas de terceiros, no montante de 1,70M euros (1,52M euros em 2020). Conforme já referido no ano transato, continuamos sem receber informação que nos permita concluir sobre a extensão e natureza desta rubrica, o que constitui uma limitação de âmbito ao nosso trabalho.

3.4 Os SIMAS reconheceram em rendimentos (i) o montante das infraestruturas cedidas pelos loteados/empreiteiros (3,79M euros), (ii) a reversão de dívidas de cobrança duvidosa totalmente em imparidade (0,67M euros) e ainda (iii) o reembolso do IVA liquidado indevidamente (0,27M euros), para além de não ter procedido (iv) ao registo em gastos de depreciações dos ativos fixos tangíveis contabilizados em curso, com auto de receção provisório (0,24M euros) com uma sobreavaliação do resultado líquido do período de 5,00M euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das



demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

Conforme referido no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Entidade, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

OUTRAS MATÉRIAS

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro revisor oficial de contas cuja certificação legal das contas, datada de 07 de junho de 2021, foi emitida com 5 reservas e 5 ênfases.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a horizontal line at the end.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da Entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, a demonstração consolidada da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 220.837.488 euros), a demonstração consolidada da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga de 128.046.668 euros).

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relativo previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos e aos efeitos das matérias referidas na seção "Bases para a Opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o Relatório de Gestão Consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.



A small, handwritten signature in black ink, consisting of a few loops and a horizontal line at the end.

Sem afetar a opinião referida no parágrafo anterior e conforme referido no relatório de gestão, o Município não tem ainda devidamente implementada a Contabilidade de Gestão em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública 27.

Alfragide, 22 de junho de 2022

A large, handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is highly stylized and cursive.

Vítor Manuel Mendes Santos

(ROC nº 939 inscrito na CMVM sob o nº 20160556)

em representação de DFK & Associados, SROC, Lda

Índice

1.	RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
2.1.	Balanço Consolidado de 2021	13
2.2.	Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza de 2021	14
2.3.	Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2021.....	15
2.4.	Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa de 2021	16
2.5.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	17
3.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	44



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Relatório de Gestão

1.1. Introdução

O Município da Amadora, vem apresentar os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao período de 2021 de acordo com o previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades intermunicipais.

Aquele preceituado estipula que, além da prestação de contas individuais, o Município encontra-se obrigado a apresentar as contas consolidadas com as entidades controladas de forma direta ou indireta, ou seja, com as entidades relativamente às quais detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais a fim de beneficiar das suas atividades.

Efetivamente, entende-se que a análise das contas individuais não possibilita uma visão global da situação financeira do Grupo Municipal, tendo-se tornado necessário efetuar uma análise de maior abrangência ao conjunto de atividades desenvolvidas nos Municípios, na qual se inclui, indubitavelmente, o setor empresarial local e os serviços municipalizados.

Assim, atendendo, por um lado, à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas pelo Grupo Municipal, e por outro à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas, tornou-se fundamental.

No caso concreto do Município da Amadora, atualmente detém uma participação financeira de 100% no capital da Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda e o controlo conjunto dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e da Amadora (SIMAS).

A Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda (Amadora Inovation), tem como principal objeto a exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do Município, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos.

No caso dos SIMAS, o Município detém o controlo conjunto dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e da Amadora (SIMAS), em participações iguais entre o Município da Amadora e o Município de Oeiras, sendo dos SIMAS geridos por um Conselho de Administração presidido alternadamente pelos Presidentes dos Municípios, composto por um Presidente e dois vogais, ao qual compete dirigir os SIMAS com vista à prossecução das atribuições definidas no regulamento.

Refira-se que conforme legalmente previsto o Município da Amadora, relativamente ao período de 2021, adotou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e respetivo normativo complementar.

No âmbito do normativo atualmente em vigor, além da consolidação de contas no âmbito da contabilidade financeira, foram preparadas também demonstrações orçamentais consolidadas de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.



Refira-se, adicionalmente, que apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade do Município, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

1.2. Perímetro de consolidação da contabilidade financeira e orçamental

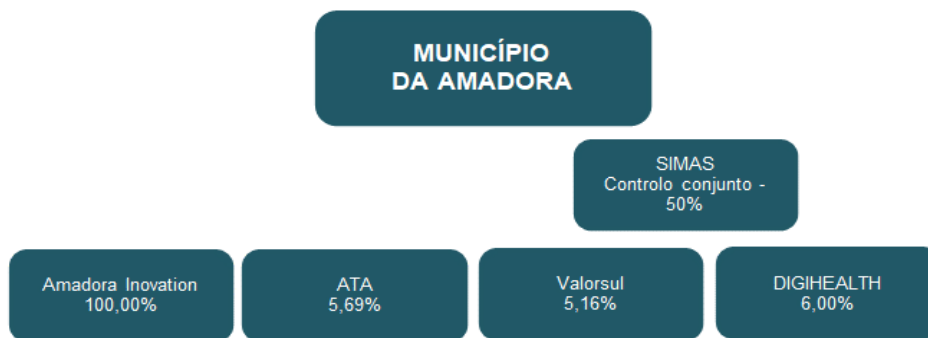
O Município da Amadora, em 31 de dezembro de 2021 detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Unidade: Euro

Entidades participadas	Sigla	Total do capital social subscrito e realizado	% participação
Amadora Inovation, EM Unipessoal, Lda	AI	25 000	100,00%
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora (a)	SIMAS	NA	50,00%
Águas do Tejo Atlântico, SA	ATA	6 458 431	5,69%
Digihealth, SA	DIGIHEALTH	5 000	6,00%
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	VALORSUL	1 465 066	5,16%

(a) Controlo conjunto dos Municípios de Oeiras e Amadora numa proporção de 50%

Em seguida apresenta-se o organograma das participações detidas pelo Município:



O Grupo Público Municipal é composto pelo Município (Entidade-mãe) e pelo conjunto de Entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação legalmente definido, sendo constituído pelas seguintes entidades:

- Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda
- SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora

Ao nível da consolidação financeira, nos termos da NCP 23 — Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, o método de consolidação aplicado à Amadora Inovation foi a consolidação integral, enquanto que nos Serviços Intermunicipalizados foi utilizado o método da equivalência patrimonial.

Ao nível da consolidação orçamental foi seguida a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, utilizando o método de consolidação simples nas entidades controladas a 100% e no caso dos Serviços Intermunicipalizados, como existe um acordo conjunto, este foi integrado no acordo conjunto nas suas demonstrações orçamentais consolidadas proporcionalmente à respetiva participação.

No que se refere às outras Entidades, foram excluídas do perímetro de consolidação, na medida em que não são controladas pelo Município, conforme previsto no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e nas Normas de contabilidade públicas aplicáveis neste âmbito.

1.3. Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

Em seguida apresenta-se a caracterização das Entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com o legalmente previsto.

- **Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda**

A Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda (Amadora Inovation) foi constituída em 28 de dezembro de 1999, sob a firma “Escola das Profissões da Amadora, E.M.”.

No âmbito da sua estratégia de crescimento, em 20 de julho de 2001, procedeu ao aumento do Capital Social de 5.000,00 Euros para 25.000,00 Euros, e à alteração da denominação social para “Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, E.M.”.

Até 2015, o Município da Amadora era detentor de 65% do capital social daquela participada, tendo adquirido em 2015 os restantes 35% das participações sociais detidas pela Cooptécnica Gustave Eiffel, CLR e pela Associação Empresarial para a Região de Lisboa do capital na sequência da Sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2015 (Proposta n.º 80/2015) e escriturada em 22 de dezembro de 2015.

Em 26 de julho de 2016, no âmbito da reestruturação que foi levada a efeito, procedeu-se à alteração da denominação social para “Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda” e ao seu objeto social que passou a ser o seguinte:

“1 – A exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do município da Amadora, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando, sem discriminação dos utentes e da área territorial intervencionada, a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos, bem como, em geral, a coesão económica e social local.

2 – As áreas da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos.”

As áreas do empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos constituem atualmente a atividade principal da Empresa (código C.A.E. – 82990).

- **SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora**

Os Serviços Intermunicipalizados anteriormente designados por Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora (SMAS) foram criados em junho de 1927, tendo sido aprovado o primeiro regulamento para o abastecimento de água em dezembro de 1938.

Os SIMAS (Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora) foram criados em julho de 2013 por força da entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e têm por missão garantir o abastecimento de água e a prestação de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, cumprindo elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade.

1.4. Análise patrimonial

▪ Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado exibido em seguida apresenta a estrutura económico-financeira do Grupo Municipal da Amadora à data de encerramento do exercício de 2021, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo Autárquico, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Património Líquido do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	235 007 244,45	224 570 720,15
Propriedades de investimento	3 812 436,51	3 932 097,21
Ativos intangíveis	268 460,05	305 394,67
Participações financeiras	113 561 468,99	86 103 242,67
	352 649 610,00	314 911 454,70
Ativo corrente		
Inventários	134 927,87	118 116,33
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 964 512,85	2 285 827,38
Clientes, contribuintes e utentes	296 990,51	823 293,33
Estado e outros entes públicos	2 159,26	5 168,74
Outras contas a receber	23 096 182,76	23 538 218,81
Diferimentos	434 363,85	454 524,91
Caixa e depósitos	94 459 755,45	102 058 473,78
	120 388 892,55	129 283 623,28
Total Ativo	473 038 502,55	444 195 077,98
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido		
Património	111 912 999,96	111 912 999,96
Reservas	190 290 953,47	190 290 953,47
Resultados transitados	(45 602 688,40)	(49 146 910,94)
Ajustamentos em ativos financeiros	107 707 801,96	80 436 809,17
Outras variações no património líquido	84 963 026,99	80 080 612,74
Resultado líquido do período	508 213,88	4 276 061,98
Total Património Líquido	449 780 307,86	417 850 526,38
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	1 561 628,58	1 176 762,98
Financiamentos obtidos	6 698 809,19	8 616 240,37
	8 260 437,77	9 793 003,35
Passivo corrente		
Fornecedores	1 665 250,53	1 321 266,35
Estado e outros entes públicos	585 126,14	447 401,72
Financiamentos obtidos	1 916 659,28	2 583 399,47
Fornecedores de investimentos	2 039 771,14	1 717 313,55
Outras contas a pagar	7 604 140,97	7 176 319,67
Diferimentos	1 186 808,86	3 305 847,49
	14 997 756,92	16 551 548,25
Total Passivo	23 258 194,69	26 344 551,60
Total Património Líquido e Passivo	473 038 502,55	444 195 077,98

O Balanço Consolidado, com referência a 31 de dezembro de 2021, apresenta um valor de 473.038.503 Euros, enquanto em 31 de dezembro de 2020 ascendia a 444.195.078 Euros, o que representa um acréscimo de 28.843.425 Euros correspondente a um aumento de 6,49% face ao exercício de 2020.

O Ativo Fixo Tangível do Grupo Municipal em 2021 ascende a 235.007.244 Euros, tendo-se verificado um aumento significativo face a 2020, período em que apresentava o montante de 224.570.720 Euros. Esta variação está relacionada, maioritariamente, com investimentos realizados ao nível da requalificação urbanística e paisagística e da rede viária (Bens de Domínio Público) e com a realização de obras nos Bairros Municipais, nas Escolas e outros edifícios do Município.

Além do referido, a variação no total do Ativo Consolidado pode ser explicada, maioritariamente, pelo aumento na rubrica Participações Financeiras relativo essencialmente ao aumento do valor da participação financeira nos SIMAS de Oeiras e Amadora, na quota-parte detida, decorrente da variação patrimonial dos fundos próprios da participada originando um aumento na valorização do investimento financeiro na ordem dos 27.458.226 Euros. Este aumento, além do resultado líquido do período, respeita essencialmente ao reconhecimento ao “custo considerado” das redes de distribuição de água e saneamento e conseqüente desconhecimento destas tipologias de ativos registados ao “custo histórico”, por contrapartida de Resultados transitados - ajustamento de transição. Refira-se ainda que o reconhecimento deriva de avaliação independente efetuada em 2021, face à prerrogativa prevista no Manual de Implementação do SNC-AP quanto à adoção do “custo considerado” quando não se encontra disponível informação sobre o “custo de aquisição” ou sobre o “custo depreciado”.

No mesmo sentido, também a rubrica Património Líquido teve um aumento relevante no montante de 31.929.781 Euros explicada, essencialmente, pelo efeito do referido no parágrafo anterior conjugado com a reclassificação de Rendimentos a reconhecer para Fundos próprios após conclusão das obras associadas aos subsídios ao investimento.

O total do Passivo do Grupo Municipal ascende ao montante de 23.258.195 Euros (26.344.552 Euros em 2020), representando cerca de 4,92% do total do Balanço Consolidado. A diminuição verificada, no montante de 3.086.357 Euros, é explicada, essencialmente, com a reclassificação de Rendimentos a reconhecer para Fundos próprios após conclusão das obras associadas aos subsídios ao investimento e com a diminuição da rubrica Financiamentos Obtidos correspondente aos pagamentos dos valores contratualmente estabelecidos com as entidades bancárias.

▪ Análise da Demonstração dos Resultados Consolidados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do Grupo Municipal em gerar fluxos de caixa. Em seguida apresenta-se a Demonstração dos Resultados Consolidados do Grupo Municipal da Amadora relativos a 31 de dezembro de 2021:



Município da Amadora

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	39 895 500,83	39 449 835,63
Vendas	-	-
Prestações de serviços e concessões	10 606 617,48	10 140 405,38
Transferências e subsídios correntes obtidos	36 525 557,78	35 304 211,28
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	699 629,04	657 661,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1 396 898,82)	(2 520 373,82)
Fornecimentos e serviços externos	(23 814 101,12)	(19 450 456,22)
Gastos com pessoal	(34 325 815,73)	(32 455 324,53)
Transferências e subsídios concedidos	(16 901 709,85)	(16 796 125,20)
Prestações sociais	(1 598 506,80)	(1 786 363,80)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	3 483,73	4 906,26
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 024 325,45	246 635,93
Provisões (aumentos/reduções)	(384 865,60)	3 818 062,19
Outros rendimentos	2 459 787,29	2 796 927,36
Outros gastos	(3 523 393,15)	(3 358 461,87)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	9 269 610,53	16 051 539,60
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(9 107 865,59)	(8 459 941,79)
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	161 744,94	7 591 597,81
Juros e rendimentos similares obtidos	375 939,99	394 639,91
Juros e gastos similares suportados	(26 616,91)	(3 707 850,84)
Resultado antes de impostos	511 068,02	4 278 386,88
Imposto sobre o rendimento	(2 854,14)	(2 324,90)
Resultado líquido do período	508 213,88	4 276 061,98

No que diz respeito aos Rendimentos Operacionais do Grupo Municipal em 2021 ascenderam a 91.214.902 Euros, enquanto no ano anterior se situaram em 92.418.645 Euros, ou seja, verificou-se um decréscimo de 1,30% face ao ano de 2020.

Analisando a estrutura de Rendimentos do Grupo Municipal, podemos desde logo salientar o peso das rubricas Impostos, contribuições e taxas e Transferências e subsídios correntes obtidos, que são responsáveis, por 43,74%, 40,04%, respetivamente, do total dos Rendimentos do Grupo Municipal.

Na rubrica Impostos, contribuições e taxas no montante total de 39.895.501 Euros (39.449.836 Euros em 2020) estão incluídos os valores arrecadados pelo Município relativos a Impostos Diretos e Indiretos, nomeadamente Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis e Imposto Único de Circulação. O aumento de 445.665 Euros resulta essencialmente do acréscimo da cobrança do IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (992.070 Euros) e Ocupação da Via Pública (429.721 Euros), que compensou a diminuição dos impostos diretos, ocorrida na cobrança do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis (-732.186 Euros), da Derrama (-647.641 Euros) e do IUC - Imposto Único de Circulação (-16.357 Euros).

Na rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos, no montante de 36.525.558 Euros (35.304.211 Euros, em 2020), estão registados os valores transferidos pelo Estado para o Município, nomeadamente relativos ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, ao Fundo Social Municipal e à Participação no IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) e transferidos pela Direção Regional de Educação no âmbito das transferências de competências do Ministério da Educação.

Ao nível dos Resultados Financeiros, que se cifraram em 349.323 Euros (-3.313.211 Euros em 2020), tiveram um aumento significativo face a 2020 justificado essencialmente pelo reconhecimento, em 2020, dos juros pagos relativos ao processo judicial com a Fundação Amadeu Dias que foi encerrado nesse ano.

Analisando a estrutura dos Gastos e Perdas do Grupo Municipal, podemos desde logo constatar que são os Gastos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) os que mais contribuem para o total dos Custos e Perdas Operacionais. Sendo o peso dos FSE de 29,06% do total dos Gastos Operacionais, enquanto os Gastos com o Pessoal representam 41,89% do mesmo agregado.

O total dos Gastos Operacionais do Grupo Municipal em 2021 ascendeu a 81.945.291 Euros, verificando-se um aumento significativo face a 2020, ano em que atingiram o valor de 76.367.105 Euros.

O aumento referido está relacionado com aumentos das rubricas Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal cujos aumentos ascenderam a 4.363.645 Euros e 1.870.491 Euros, respetivamente. No que respeita aos Gastos com Pessoal, o aumento explica-se, essencialmente, pelo aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) e, por outro lado, pelo aumento da contratação de pessoal, nomeadamente pessoal contratado no âmbito do programa MAREES - Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde”, para reforço das medidas de combate à COVID-19. No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos, justifica-se pelo aumento de aquisição de bens e serviços para o combate à pandemia de COVID-19, sendo que os valores mais expressivos correspondem, entre outras, à aquisição de serviços com a vacinação contra a COVID-19 e aquisição de computadores para as escolas do concelho.

No que respeita ao Resultado Líquido Consolidado, foi apurado um valor de 508.214 Euros (4.276.062 Euros em 2020) o que corresponde a uma diminuição na ordem dos 3.767.848 Euros, decorrente dos aumentos verificados nas rubricas Gastos com o Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, conforme referido no parágrafo anterior.

▪ Indicadores de gestão

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma Entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No quadro abaixo são apresentados os principais indicadores do Grupo Autárquico que nos permitem ter uma perspetiva da tendência evolutiva das diversas componentes patrimoniais.

Principais Indicadores de Análise Financeira	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Cálculo
Endividamento	4,92%	5,93%	Passivo / Ativo Líquido
Solvabilidade	1933,86%	1586,10%	Património Líquido /Passivo
Autonomia financeira	95,08%	94,07%	Património Líquido /Ativo Líquido
Liquidez geral	802,71%	781,10%	Ativo corrente / Passivo Corrente
Liquidez reduzida	801,81%	780,38%	Ativo Corrente - Inventários / Passivo Corrente
Liquidez imediata	629,83%	616,61%	Disponibilidades /Passivo Corrente

Pela análise global dos rácios das contas consolidadas, podemos concluir que o Grupo Autárquico apresenta uma estrutura financeira equilibrada.

No que se refere à capacidade de endividamento, podemos concluir que o total do Passivo representa apenas 4,92% do total do Ativo.

Também o rácio de autonomia financeira que mede a solvabilidade do Grupo Municipal através da determinação da proporção dos Ativos que são financiados através de Fundos Próprios demonstra um nível bastante elevado.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2021, as Disponibilidades, em termos de Grupo Municipal, eram superiores ao valor do Passivo de Curto Prazo, ou seja, as Disponibilidades permitem pagar a totalidade do Passivo de Curto Prazo, não se antevendo dificuldades de tesouraria no curto prazo.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



2.1. Balanço Consolidado de 2021

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	235 007 244,45	224 570 720,15
Propriedades de investimento	8	3 812 436,51	3 932 097,21
Ativos intangíveis	3	268 460,05	305 394,67
Participações financeiras	9 / 18	113 561 468,99	86 103 242,67
		352 649 610,00	314 911 454,70
Ativo corrente			
Inventários	9 / 10	134 927,87	118 116,33
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	1 964 512,85	2 285 827,38
Clientes, contribuintes e utentes	9 / 18	296 990,51	823 293,33
Estado e outros entes públicos		2 159,26	5 168,74
Outras contas a receber	18	23 096 182,76	23 538 218,81
Diferimentos	23	434 363,85	454 524,91
Caixa e depósitos	1 / 18	94 459 755,45	102 058 473,78
		120 388 892,55	129 283 623,28
Total Ativo		473 038 502,55	444 195 077,98
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património		111 912 999,96	111 912 999,96
Reservas		190 290 953,47	190 290 953,47
Resultados transitados		(45 602 688,40)	(49 146 910,94)
Ajustamentos em ativos financeiros		107 707 801,96	80 436 809,17
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no património líquido		84 963 026,99	80 080 612,74
Resultado líquido do período		508 213,88	4 276 061,98
Total Património Líquido		449 780 307,86	417 850 526,38
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 561 628,58	1 176 762,98
Financiamentos obtidos	7 / 18	6 698 809,19	8 616 240,37
		8 260 437,77	9 793 003,35
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1 665 250,53	1 321 266,35
Estado e outros entes públicos		585 126,14	447 401,72
Financiamentos obtidos	7 / 18	1 916 659,28	2 583 399,47
Fornecedores de investimentos	18	2 039 771,14	1 717 313,55
Outras contas a pagar	18	7 604 140,97	7 176 319,67
Diferimentos	23	1 186 808,86	3 305 847,49
		14 997 756,92	16 551 548,25
Total Passivo		23 258 194,69	26 344 551,60
Total Património Líquido e Passivo		473 038 502,55	444 195 077,98

2.2.Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza de 2021

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	14	39 895 500,83	39 449 835,63
Prestações de serviços e concessões	13	10 606 617,48	10 140 405,38
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	36 525 557,78	35 304 211,28
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas,	18	699 629,04	657 661,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(1 396 898,82)	(2 520 373,82)
Fornecimentos e serviços externos	23	(23 814 101,12)	(19 450 456,22)
Gastos com pessoal	23	(34 325 815,73)	(32 455 324,53)
Transferências e subsídios concedidos	23	(16 901 709,85)	(16 796 125,20)
Prestações sociais	23	(1 598 506,80)	(1 786 363,80)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		3 483,73	4 906,26
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)		1 024 325,45	246 635,93
Provisões (aumentos/reduções)	15	(384 865,60)	3 818 062,19
Outros rendimentos	13 / 14	2 459 787,29	2 796 927,36
Outros gastos	23	(3 523 393,15)	(3 358 461,87)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		9 269 610,53	16 051 539,60
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	(9 107 865,59)	(8 459 941,79)
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		161 744,94	7 591 597,81
Juros e rendimentos similares obtidos	13	375 939,99	394 639,91
Juros e gastos similares suportados	23	(26 616,91)	(3 707 850,84)
Resultado antes de impostos		511 068,02	4 278 386,88
Imposto sobre o rendimento		(2 854,14)	(2 324,90)
Resultado líquido do período		508 213,88	4 276 061,98



Município da Amadora

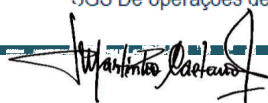
2.3.Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2021

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla						TOTAL	Total do património líquido
	Património	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	111 912 999,96	190 290 953,47	(49 146 910,94)	80 436 809,17	80 080 612,74	4 276 061,98	417 850 526,38	417 850 526,38
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	4 882 414,25	-	4 882 414,25	4 882 414,25
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	(731 839,44)	27 270 992,79	-	-	26 539 153,35	26 539 153,35
	-	-	(731 839,44)	27 270 992,79	4 882 414,25	-	31 421 567,60	31 421 567,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						508 213,88	508 213,88	508 213,88
RESULTADO INTEGRAL						508 213,88	31 929 781,48	31 929 781,48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações	-	-	4 276 061,98	-	-	(4 276 061,98)	-	-
	-	-	4 276 061,98	-	-	(4 276 061,98)	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	111 912 999,96	190 290 953,47	(45 602 688,40)	107 707 801,96	84 963 026,99	508 213,88	449 780 307,86	449 780 307,86



2.4.Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa de 2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10 514 029,62	9 901 205,53
Recebimentos de contribuintes		38 366 618,49	39 805 213,79
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		36 481 397,86	37 531 389,73
Recebimentos de utentes		738 219,24	920 973,23
Pagamentos a fornecedores		(24 458 639,80)	(21 202 315,84)
Pagamentos ao pessoal		(34 092 221,67)	(31 683 836,10)
Pagamentos de transferências e subsídios		(16 782 039,92)	(16 700 596,98)
Pagamentos de prestações sociais		(1 598 506,80)	(1 786 363,80)
Caixa gerada pelas operações		9 168 857,02	16 785 669,56
Outros recebimentos/pagamentos		(266 929,80)	(447 793,03)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		8 901 927,22	16 337 876,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		(18 918 770,78)	(11 474 821,61)
Pagamentos - Ativos intangíveis		(106 735,54)	(172 697,61)
Pagamentos - Investimentos financeiros		-	(129 817,00)
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Transferências de capital		4 797 412,78	1 988 657,83
Recebimentos - Dividendos		271 355,46	236 444,55
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(13 956 738,08)	(9 552 233,84)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		64 526,00	170 981,90
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		(2 581 676,21)	(3 216 302,82)
Pagamentos - Juros e gastos similares		(26 757,26)	(3 707 634,29)
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-	(100 868,27)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(2 543 907,47)	(6 853 823,48)
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		(7 598 718,33)	(68 180,79)
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		102 058 473,78	102 126 654,57
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		94 459 755,45	102 058 473,78
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		102 058 473,78	102 126 654,57
Saldo da gerência anterior (SGA)		102 058 473,78	102 126 654,57
SGA De execução orçamental		99 720 519,47	99 435 841,36
SGA De operações de tesouraria		2 337 954,31	2 697 610,65
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		94 459 755,45	102 058 473,78
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		94 459 755,45	102 058 473,78
SGS De execução orçamental		91 683 771,19	99 720 519,47
SGS De operações de tesouraria		2 775 984,26	2 337 954,31



2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Autárquico, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas de acordo com o previsto no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), bem como com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), nomeadamente a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e a NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e legislação complementar.

As notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresentadas no presente capítulo, têm por objetivo apresentar informações relevantes e mais detalhadas para uma melhor compreensão das mesmas, respeitando a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Autárquico.

Assim sendo, relativamente ao período de 2021, nas demonstrações financeiras agora apresentadas foi adotado o método de consolidação integral na consolidação de contas com a Amadora Inovation atendendo a que o Município detém o controlo de 100% daquela participada. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, foram eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.

No que respeita aos SIMAS, e considerando o normativo atualmente em vigor, o método adotado na consolidação ao nível da contabilidade financeira foi o método de equivalência patrimonial conforme previsto nas Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas publicadas na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Importa ainda referir que todos os valores se encontram expressos em Euros.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Grupo Municipal.

No Anexo 1 apresenta-se a informação detalhada da entidade consolidante, sendo que as demonstrações financeiras consolidadas podem ser obtidas na sede do Município da Amadora. Na consolidação foram incluídas as seguintes entidades:

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Detenção da totalidade do capital	N.º de trabalhadores	
					2021	2020
Amadora Inovation	504 746 383	Rua Henrique Paiva Couceiro, n.º 10, Zona Industrial da Venda Nova, Amadora	A exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do município da Amadora, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos	100,00%	29	28
SIMAS	6 0 015 019	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19. Urb. Moirões das Antas, Oeiras	Abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora	50,00% a)	430	455

(a) Serviços Internos do Município da Amadora em conjunto com o Município de Oeiras com controlo conjunto numa proporção de 50%

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

Conta	Euros
Caixa	21 780,66
Depósitos à ordem	
Depósitos bancários à ordem	37 340 146,83
Depósitos a prazo	57 097 827,96
Total	94 459 755,45

Refira-se que os valores indicados incluem os depósitos, no montante de 2.615.728,23 Euros, referentes a retenções efetuadas para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais por parte dos fornecedores de bens e serviços que serão devolvidos aos respetivos fornecedores quando for atingido o prazo limite da garantia.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo Autárquico, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis e Propriedades de investimento

Os Ativos fixos tangíveis são bens com substância física que: (a) São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos; e (b) Se espera que sejam usados durante mais de um período de relato (geralmente 1 ano).

Uma Propriedade de investimento é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do Ativo fixo tangível e das Propriedades de investimento é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) for provável que fluirão para o Grupo Autárquico benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade. Quando um Ativo fixo tangível ou uma Propriedades de Investimento é adquirida através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (capítulo 7 do Anexo III Plano de Contas Multidimensional que consta do Decreto -Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro), desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	4 a 8
Infraestruturas	10 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Os bens adquiridos a título gratuito foram considerados pelo valor patrimonial definido nos termos legais ou pelo valor resultante da avaliação, segundo critérios técnicos que se adequam à natureza desses bens. Nos casos em que não foi possível identificar um critério adequado, o Ativo assume o valor zero. As parcelas de terreno que foram transferidas no âmbito de Alvarás de Loteamento, os quais não identificam os respetivos valores fundiários, apenas foram inventariadas. Refira-se, finalmente, que qualquer um destes bens poderá ser objeto de valorização no âmbito de processos de avaliação da responsabilidade de Comissões de Avaliação constituídas pontualmente para o efeito.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de loteamento foram, até 2014, reconhecidos na rubrica doações, como contrapartida do reconhecimento do ativo.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se também reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e Direitos de Autor adquiridos.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base do custo inicial, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas

em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Participações financeiras

As entidades controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral que consiste em:

- Agregar os itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.
- Compensar (eliminar) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas.
- Eliminar na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade).

Nas situações em que é exercido controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada, o investimento na associada ou empreendimento conjunto é reconhecido através do método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados.

As participações financeiras das entidades sobre as quais não é exercida influência significativa ou controlo, e por sua vez fora do perímetro de consolidação, encontram-se mensuradas de acordo com os critérios definidos nas NCP e legislação complementar do SNC-AP.

Contas a receber e a pagar

As contas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes e Outras contas a receber, assim como as contas a pagar a Fornecedores, Financiamentos Obtidos e Outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. Não se perspetiva que existam impactos relevantes entre o valor nominal e custo amortizado.

A Imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Autárquico não receberá os montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

Os Inventários encontram-se mensurados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda ou consumo dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade de inventários e ativos biológicos" e "Reversões de perdas por imparidade de inventários e ativos biológicos".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. O método de custeio adotado pelo Grupo Autárquico é o Custo Médio Ponderado.

O sistema de inventário adotado é o permanente, tendo sido as quantidades existentes no final do período de relato determinadas a partir dos registos contabilísticos, confirmados por contagem física.

O reconhecimento das perdas por imparidade dos inventários tem por base os seguintes critérios utilizados de forma consistente ao longo dos períodos económicos, sendo constituídas imparidades correspondentes a 50% do seu custo de aquisição para os bens sem consumo durante dois e a 100% para os bens sem consumo durante quatro anos. Caso os bens para os quais tenham sido constituídas as imparidades venham a ser consumidos procede-se ao reconhecimento da reversão da perda por imparidade de acordo com os critérios definidos internamente.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. Os ativos contingentes não se encontram refletidos no Balanço consolidado, procedendo-se apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime do acréscimo

O Grupo Autárquico reconhece os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

Rendimentos

O Grupo Autárquico aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O Rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Grupo Autárquico benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

As transferências ou subsídios com condições, são reconhecidas inicialmente na rubrica 282 – Rendimentos a reconhecer, sendo o valor transferido para a conta 593 no momento em que se cumprem as condições previamente estabelecidas.

As Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis são reconhecidas nos Fundos Próprios no momento do recebimento do subsídio quando forem cumpridas as condições estabelecidas nos contratos com as entidades financiadoras, sendo o rendimento reconhecido numa base sistemática em contrapartida da conta 7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período			Final do Período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador e sistemas de informação	3 169 752,91	(2 933 047,24)	236 705,67	3 271 185,78	(3 071 414,73)	199 771,05
Propriedade industrial e intelectual	68 689,00	-	68 689,00	68 689,00	-	68 689,00
Total	3 238 441,91	(2 933 047,24)	305 394,67	3 339 874,78	(3 071 414,73)	268 460,05

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	Diminuições	
Programas de computador e sistemas de informação	236 705,67	101 432,87	(138 367,49)	-	199 771,05
Propriedade industrial e intelectual	68 689,00	-	-	-	68 689,00
Total	305 394,67	101 432,87	(138 367,49)	-	268 460,05

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

RUBRICAS	Adições		
	Compra	Outras	Total
Programas de computador e sistemas de informação	101 432,87	-	101 432,87
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-
Total	101 432,87	-	101 432,87

As adições evidenciadas na coluna "Compra", num valor de 101.432,87 Euros, respeitam essencialmente a licenças de softwares utilizados pelo Município.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos mais relevantes:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A	-	20 anos	-	-	-	-
Constituição de direito de superfície e de concessão	Consórcio entre Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, SA, CME - Construção e Manutenção Eletromecânica, SA e EMPARQUE - Empreendimentos e Exploração de Parques, SA	-	50 anos	-	-	-	-
Total					-	-	-

A NCP 4 prevê o reconhecimento como ativos de concessão dos bens e equipamentos decorrentes dos contratos de concessão celebrados pelo Grupo Municipal e geridos pelos concessionários, o que implicaria o aumento do ativo fixo tangível e do passivo no mesmo montante.

Atendendo ao disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Grupo Municipal, por uma questão de prudência e por entender que não dispõe de informação adequada e suficiente, aplicou supletivamente a IPSAS 33, especificamente o disposto no parágrafo 36 (g), que prevê a possibilidade de não serem reconhecidos os ativos de concessão e os correspondentes passivos durante um período de três anos desde a data de início de adoção do novo normativo contabilístico (2020).

No que respeita à Concessão da Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública, os equipamentos são nos termos do contrato de concessão geridos e construídos pela EDP Distribuição. Relativamente ao contrato de concessão relativo ao parque de estacionamento subterrâneo, os ativos são geridos pelo consórcio celebrado entre Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, SA, a CME - Construção e Manutenção Eletromecânica, SA e a EMPARQUE - Empreendimentos e Exploração de Parques, SA.

Apesar de ter sido solicitado pelos serviços do Município, entende-se que a informação disponibilizada não permite o reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens/equipamentos relacionados com os contratos de concessão nas demonstrações financeiras do Grupo Municipal, por se considerar não existir informação adequada e suficiente relativa ao detalhe dos ativos de concessão.

Refira-se que os contratos de concessão preveem o recebimento pelo Município de rendas de exploração, reconhecidas em rédito em cumprimento do regime do acréscimo. As referidas rendas tiveram um valor de 2.166.242,60 Euros em 2020, 2.169.339,52 Euros em 2021 e terão um valor de 2.198.869,31 Euros em 2022.

Importa ainda referir que, de acordo com informações da E-Redes, o valor de resgate ou de indemnização ascende a 7.518.074 Euros em 2021 (6.810.609 Euros em 2020).

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período			Final do Período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	2 899 404,32	-	2 899 404,32	2 890 788,91	-	2 890 788,91
Infraestruturas	112 457 537,68	(97 989 566,62)	14 467 971,06	116 842 279,71	(100 251 973,87)	16 590 305,84
Património histórico, artístico e cultural	1 206 519,40	-	1 206 519,40	1 233 039,40	-	1 233 039,40
Subtotal	116 563 461,40	(97 989 566,62)	18 573 894,78	120 966 108,02	(100 251 973,87)	20 714 134,15
Outros ativos fixos						
Terrenos e recursos naturais	52 682 340,60	-	52 682 340,60	53 340 422,93	-	53 340 422,93
Edifícios e outras construções	240 065 833,33	(95 521 526,99)	144 544 306,34	252 662 873,70	(100 957 117,66)	151 705 756,04
Equipamento básico	16 901 357,88	(15 593 749,58)	1 307 608,30	17 522 767,72	(15 862 682,92)	1 660 104,80
Equipamento de transporte	10 000 170,31	(9 102 997,69)	897 172,62	10 684 476,01	(9 166 988,27)	1 517 487,74
Equipamento administrativo	10 035 921,40	(9 256 939,29)	778 982,11	10 026 920,66	(9 585 259,17)	441 661,49
Outros	5 101 724,27	(3 968 252,89)	1 133 471,38	5 196 064,22	(4 090 963,47)	1 105 100,75
Ativos fixos tangíveis em curso	4 652 944,02	-	4 652 944,02	4 522 576,55	-	4 522 576,55
Subtotal	339 440 291,81	(133 443 466,44)	205 996 825,37	353 956 101,79	(139 662 991,49)	214 293 110,30
Total	456 003 753,21	(231 433 033,06)	224 570 720,15	474 922 209,81	(239 914 965,36)	235 007 244,45

Bens de domínio público

Os bens de Domínio Público com valores patrimoniais integram o Ativo do Grupo Autárquico, sendo que, de acordo com o normativo contabilístico vigente estão incluídos na rubrica Ativos Fixos Tangíveis apresentados no Balanço consolidado.

Porém, existem bens de Domínio Público que não se encontram refletidos no Ativo. Efetivamente, por força da Lei n.º 45/79, de 11 de setembro, subjacente à criação do Município da Amadora, cuja redação do artigo 8.º concede ao Município a “titularidade de todos os direitos e obrigações de autarquias locais que digam respeito ou produzam efeitos no seu território”, o património dos Municípios de Oeiras e Sintra, integrado na área geográfica da Amadora, passou para a posse do Município da Amadora.

As parcelas de terreno que se destinam a arruamentos, passeios, estacionamento, ajardinamentos e equipamentos integrantes do Domínio Público cedidas aos Municípios de Oeiras e Sintra por via de contratos de urbanização e alvarás de loteamento, apenas estão parcialmente reconhecidas no ativo do Grupo Autárquico. Estas parcelas vão sendo identificadas e incluídas no património de forma gradual, sendo este um trabalho de aperfeiçoamento muito moroso e exigente que implica uma estreita colaboração entre entidades, o que é particularmente difícil quando se reporta a processos urbanísticos das primeiras décadas de forte crescimento demográfico e urbano e em que o registo de informação não assumia um carácter sistemático e centralizado, não sendo à data possível estimar o acréscimo às demonstrações financeiras que resultaria do seu reconhecimento, relevando-se o impacto sempre positivo nas contas.

Os movimentos ocorridos na rubrica Ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período foram os seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	2 899 404,32	-	(8 615,41)	-	-	2 890 788,91
Infraestruturas	14 467 971,06	193,62	4 384 548,41	(2 262 407,25)	-	16 590 305,84
Património histórico, artístico e cultural	1 206 519,40	26 520,00	-	-	-	1 233 039,40
Subtotal	18 573 894,78	26 713,62	4 375 933,00	(2 262 407,25)	-	20 714 134,15
Outros ativos fixos						
Terrenos e recursos naturais	52 682 340,60	649 466,92	8 615,41	-	-	53 340 422,93
Edifícios e outras construções	144 544 306,34	127 524,54	12 469 515,83	(5 435 590,67)	-	151 705 756,04
Equipamento básico	1 307 608,30	532 572,14	106 677,67	(286 753,31)	-	1 660 104,80
Equipamento de transporte	897 172,62	912 346,35	-	(292 031,23)	-	1 517 487,74
Equipamento administrativo	778 982,11	96 705,42	-	(433 946,60)	(79,44)	441 661,49
Outros	1 133 471,38	103 348,58	7 409,40	(139 128,61)	-	1 105 100,75
Ativos fixos tangíveis em curso	4 652 944,02	17 253 455,99	(17 383 823,46)	-	-	4 522 576,55
Subtotal	205 996 825,37	19 675 419,94	(4 791 605,15)	(6 587 450,42)	(79,44)	214 293 110,30
Total	224 570 720,15	19 702 133,56	(415 672,15)	(8 849 857,67)	(79,44)	235 007 244,45

A coluna Transferências internas à entidade respeita aos montantes reclassificados da rubrica Ativos fixos tangíveis em curso para as rubricas respetivas aquando da conclusão das obras, tendo também existido reclassificações para a rubrica Fornecimentos e serviços externos de montantes que não satisfazem o conceito de Ativo de acordo com a NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Verificou-se também a desagregação de um terreno de domínio público, sendo esta parcela de terreno destinada à construção de equipamento de utilidade pública, tendo-se reclassificado o ativo para Outros Ativos Fixos Tangíveis.

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições				Total
	Compra	Doação, herança, legado ou perdido a	Dação em pagamento	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Infraestruturas	193,62	-	-	-	193,62
Património histórico, artístico e cultural	6 160,00	20 360,00	-	-	26 520,00
Subtotal	6 353,62	20 360,00	-	-	26 713,62
Outros ativos fixos					
Terrenos e recursos naturais	140 020,00	-	509 446,92	-	649 466,92
Edifícios e outras construções	33 445,84	-	94 078,70	-	127 524,54
Equipamento básico	532 572,14	-	-	-	532 572,14
Equipamento de transporte	912 346,35	-	-	-	912 346,35
Equipamento administrativo	96 705,42	-	-	-	96 705,42
Outros	103 348,58	-	-	-	103 348,58
Ativos fixos tangíveis em curso	17 253 455,99	-	-	-	17 253 455,99
Subtotal	19 071 894,32	-	603 525,62	-	19 675 419,94
Total	19 078 247,94	20 360,00	603 525,62	-	19 702 133,56

As adições evidenciadas em Ativos fixos tangíveis em curso na coluna "Compra", no montante de 17.253.455,99 Euros, incluem, maioritariamente, as obras e empreitadas realizadas em 2021, sendo as mais relevantes as que se seguem:

- i.  Almeida Garret (1.078.284,64 Euros) – já concluída;





Município da Amadora

- ii. Bairro Municipal Casal da Boba - Elaboração do Projeto e execução da Obra de Reabilitação e Melhoramento Energético dos Edifícios (1.493.718,83 Euros) – *já concluída*;
- iii. Gabinete Municipal de Proteção Civil - Centro Municipal - Remodelação do Espaço / Sala de Operações (510.255,76 Euros) – *já concluída*;
- iv. Regeneração Urbana da Av. General Humberto Delgado - Elaboração de Projeto e realização da Obra no Mercado Municipal da Mina (610.108,39 Euros) – *já concluída*;
- v. Eficiência Energética na EB 2+3 José Cardoso Pires - Elaboração de Projeto, Execução de Obra e respetiva Fiscalização (556.712,39 Euros) – *já concluída*;
- vi. Eficiência Energética na EB 2+3 Pedro D'Orey - Elaboração de Projeto, Execução de Obra e respetiva Fiscalização (746.903,00 Euros) – *já concluída*;
- vii. Eficiência Energética na EB 2+3 Almeida Garret - Elaboração de Projeto, Execução de Obra e respetiva Fiscalização (501.868,50 Euros) – *já concluída*;
- viii. E.B.1/JI Venteira - Realização de Obras de Beneficiação (558 133,59 Euros) – *já concluída*;
- ix. Eixos Principais – pavimentação – (847.975,46 Euros) – *já concluída*;
- x. Requalificação Urbana da Rua das Fontainhas / Plano para a Regeneração Urbana - Elaboração de Projetos (1.153.015,00 Euros) – *Obra ainda em curso*.

As adições evidenciadas em Terrenos e recursos naturais nas colunas “Compra” e “Dação em pagamento”, no montante de 140.020,00 Euros e 509.446,92 Euros, respetivamente, encontram-se relacionadas com:

- i. Aquisição dos lotes 10 e 11 da Rua Manuel da Fonseca, em Carenque, freguesia Mina de Água;
- ii. Prédio rústico denominado “Murtários”, “Murtório Pequeno”, “Serrado do Poço”, “Linguariça” ou “Terra do Giraldo” situado em Nodel, Freguesia da Damaia, entregue para pagamento de dívida a favor do Município.

As adições evidenciadas em Equipamento básico na coluna “Compra”, no montante de 532.572,14 Euros, encontram-se, maioritariamente, relacionadas com a aquisição de equipamentos informáticos (computadores portáteis distribuídos, maioritariamente, pelos 12 agrupamentos de escolas no âmbito do COVID e, os restantes, adquiridos ao abrigo do Programa AMASÉNIOR VIVA + destinado aos municípios com mais de 55 anos) e de sinalização.

As adições evidenciadas em Equipamento de transporte na coluna “Compra”, no montante de 912.346,35 Euros, encontram-se relacionadas com a aquisição de viaturas pesadas.

A desagregação das diminuições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições			
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
Outros ativos fixos				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	(79,44)	(79,44)
Outros	-	-	-	-
Subtotal	-	-	(79,44)	(79,44)
Total	-	-	(79,44)	(79,44)

Handwritten signatures and initials

Handwritten signature: Susana Fernandes

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

As diminuições efetuadas na rubrica Ativos fixos tangíveis respeitaram a abates efetuados pelo Grupo Autárquico. Importa referir que os montantes evidenciados no quadro acima dizem respeito ao valor líquido dos bens abatidos no ano, ascendendo o valor bruto total dos bens abatidos no ano 2021 a 368.004,81 Euros, conforme detalhado de seguida:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Valor Bruto de Bens abatidos em 2021
Outros ativos fixos	
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	-
Equipamento básico	(17 839,97)
Equipamento de transporte	(228 040,65)
Equipamento administrativo	(105 706,16)
Outros	(16 418,03)
Total	(368 004,81)

Nota 6 – Locações

Durante os períodos findos a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo Autárquico não detinha contratos de locação financeira.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

A informação relativa aos empréstimos obtidos pelo Grupo Autárquico, em dívida a 31 de dezembro de 2021, encontra-se detalhada no Anexo II.

Nota 8 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo Autárquico encontram-se mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações	Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Depreciações do período			Rendas	Outros
Propriedades de investimento						
Edifícios e outras construções	3 932 097,21	119 660,70	3 812 436,51	119 660,70	96 169,09	-
Total	3 932 097,21	119 660,70	3 812 436,51	119 660,70	96 169,09	-

Nota 9 – Imparidade de ativo

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe, por rubrica, das perdas por imparidades reconhecidas com referência a 31 de dezembro de 2021:

ATIVO	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Investimentos financeiros (valorizados ao custo)	Ativo gerador de caixa	10 265 203,49	5 000,00	10 260 203,49
Inventários	Ativo não gerador de caixa	234 298,59	99 370,72	134 927,87
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo gerador de caixa	4 158 108,14	3 856 614,30	301 493,84
Total		14 657 610,22	3 960 985,02	10 696 625,20

As variações ocorridas no exercício encontram-se detalhadas no quadro seguinte:

RUBRICA	2021
Perdas por imparidade de dívidas a receber	
Cientes, contribuintes e utentes	(147 564,77)
Em inventários	(5,08)
	(147 569,85)
Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber	
Cientes, contribuintes e utentes	1 171 890,22
Em inventários	3 488,81
	1 175 379,03
Total	1 027 809,18

Nota 10 - Inventários

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

RUBRICA	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	234 298,59	99 370,72	134 927,87
Total	234 298,59	99 370,72	134 927,87

Os movimentos ocorridos no período constam do quadro seguinte:

RUBRICA	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período					Quantia escriturada final	
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		Outros aumentos de inventários
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	118 116,33	1 410 000,02	(1 396 898,82)	(5,08)	3 488,81	(23,89)	250,50	134 927,87
Total	118 116,33	1 410 000,02	(1 396 898,82)	(5,08)	3 488,81	(23,89)	250,50	134 927,87

Os Inventários englobam, essencialmente, os bens e outros materiais consumíveis que aguardam a sua utilização direta ou indireta na prestação de serviços realizados no âmbito das competências do Grupo Autárquico, nomeadamente matérias-primas e subsidiárias, artigos de higiene e limpeza, material elétrico e peças e outro material de manutenção.

O gasto com os inventários é reconhecido quando os inventários são vendidos, distribuídos ou quando são utilizados na prestação de serviços efetuada pelo Grupo Autárquico.

O custo das matérias-primas vendidas e das matérias consumidas reconhecido em 2021 encontra-se evidenciado na coluna "Consumos/gastos", tendo ascendido a 1.396.898,82 Euros.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os Rendimentos de transações com contraprestação, mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, reconhecidos nos períodos 2021 e 2020 apresentam a seguinte composição:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em Resultados	
	2021	2020
Prestações de serviços		
Resíduos Sólidos	5 155 368,89	5 393 498,88
Cemitérios	182 198,01	163 875,93
Atividades tempo livre, jardins de infância	70 218,85	62 121,94
Rendas Bairros Municipais	1 426 806,01	1 242 900,87
Outras rendas e alugueres	2 682 630,35	2 537 673,88
Serviços de refeitórios	1 000 605,76	662 549,41
Outros	88 789,61	77 784,47
Subtotal	10 606 617,48	10 140 405,38
Rendimentos suplementares	493 848,42	825 612,68
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	104 584,53	158 195,36
Dividendos obtidos	271 355,46	236 444,55
Subtotal	375 939,99	394 639,91
Total	11 476 405,89	11 360 657,97

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe dos rendimentos obtidos com transações sem contraprestação em 2021:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Derrama	3 188 358,58	-	-	-	-
Imposto Municipal Sobre Imóveis	17 721 271,72	-	-	-	-
Imposto Único de Circulação	4 373 041,78	-	-	-	-
Contribuição Autárquica	-	-	-	-	-
Subtotal	25 282 672,08	-	-	-	-
Impostos indiretos					
Mercados e Feiras	24 493,18	-	43 776,46	928,46	-
Loteamento e Obras	582 586,62	-	720,76	1 155,01	-
Ocupação da via pública	812 804,62	-	19 997,11	19 869,11	-
Publicidade	173 429,12	-	11 651,67	3 330,80	-
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	11 814 305,85	-	-	-	-
Outros	419 924,18	-	6 103,73	222 588,98	-
Subtotal	13 827 543,57	-	82 249,73	247 872,36	-
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	417 590,22	-	2 205,49	4 904,23	-
Multas e outras penalidades	367 694,96	-	66,99	545,45	-
Subtotal	785 285,18	-	2 272,48	5 449,68	-
Transferências Correntes (sem condição)					
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	12 089 984,00	-	-	-	-
FSM - Fundo Social Municipal	2 076 508,00	-	-	-	-
Participação no IRS	7 715 208,00	-	-	-	-
Participação no IVA	806 887,13	-	-	-	-
Outras	13 015 112,51	-	4 615,94	-	-
Serviços e Fundos Autónomos	206 870,11	-	-	-	-
Resto do Mundo	436 441,59	-	-	-	-
Subtotal	36 347 011,34	-	4 615,94	-	-
Subsídios Correntes (sem condição)	178 546,44	-	-	-	-
Imputação de subsídios para investimentos	1 572 004,98	-	-	-	-
Total	77 993 063,59	-	89 138,15	253 322,04	-

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No que respeita a Provisões, o saldo da rubrica respeita apenas ao Município, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas no ano:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Reforços	Total de aumentos	Utilizações	Total de diminuições	
Processos judiciais em curso	1 176 762,98	384 865,60	384 865,60	-	-	1 561 628,58
Total	1 176 762,98	384 865,60	384 865,60	-	-	1 561 628,58

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, instaurados pelo Grupo Autárquico, após avaliação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a Provisão para outros riscos e encargos para o montante de 1.561.628,58 Euros, valor que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Grupo Autárquico.

O aumento verificado nesta rubrica deve-se essencialmente a novos processos judiciais, tendo-se também verificado um aumento na responsabilidade prevista no Processo n.º 849/08.6BESNT, em curso desde 2020.

Em seguida apresenta-se a listagem dos principais processos em curso e respetivas responsabilidades estimadas tendo por base a avaliação dos consultores jurídicos:

- Processo n.º 1054/05.9BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Condenação do Município no pagamento de 224.460,00 € a título de trabalhos a mais da Empreitada "Conceção e Construção do Parque Escolar de Brandoa / EB1, Jardim de Infância e ATL Municipal da Brandoa". Em curso diligências para proceder ao pagamento da quantia.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 224.460,00 Euros

- Processo n.º 1034/18.4CLSB – ASAE

Descrição do Litígio: Contraordenação por não respeito das normas referentes a parque infantil.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 120.000,00 Euros

- Processo n.º 000714/20.9ECLSB – ASAE

Descrição do Litígio: Processo de contraordenação - Parque infantil da Praça de Angola

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 120.000,00 Euros

- Processo n.º 849/08.6BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Condenação do Município no pagamento de 230.449,20 € referente a custos, diretos e indiretos, decorrentes do prolongamento do prazo de execução da empreitada de obras públicas referentes à requalificação do Parque Escolar da Brandoa/ EB 1, jardim de Infância e ATL Municipal da Brandoa. Aguarda notificação da conta de custos final.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 300.000 Euros (em 2020 a responsabilidade estimada era 115.224,60 Euros)

- Processo n.º 1217/17.4BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Indemnização por demolição de construção ilegal

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 75.000,00 Euros

- Processo n.º 1212/17.3CLSB - ASAE

Descrição do Litígio: Incumprimento de regras no parque infantil na R. Carlos Selvagem

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 65.000,00 Euros

- Processo n.º 472/18.7BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Indemnização por responsabilidade extracontratual por acidente na via pública.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 54.600,58 Euros

- Processo n.º 2/21.3BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Impugnação de ato administrativo que excluiu o A. do PER.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 90.000,00 Euros

- NUI/CO/002449/21.6ECLSB - ASAE

Descrição do Litígio: Contraordenação Parque Infantil da Praça de Angola

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 90.000,00 Euros

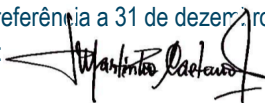
Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

As Demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pela Presidente da Câmara a 13 de junho de 2022.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Com referência a 31 de dezembro de 2021, e respetivos comparativos, os Ativos financeiros detalham-se do seguinte modo:



Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e seus equivalentes		
Caixa	21 780,66	17 058,90
Depósitos bancários	94 437 974,79	102 041 414,88
Subtotal	94 459 755,45	102 058 473,78
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
Protocolos	1 107 389,59	1 107 389,59
Contratos Programa	364 965,57	364 965,57
Outros	61 859,06	571 497,55
Fundos Comunitários	430 298,63	241 974,67
Subtotal	1 964 512,85	2 285 827,38
Clientes, contribuintes e utentes		
Clientes	67 016,05	44 124,00
Contribuintes	247 872,36	42 070,68
Utentes	620 002,32	147 772,34
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3 218 714,08	5 470 266,06
Perdas por imparidade acumuladas	(3 856 614,30)	(4 880 939,75)
Subtotal	296 990,51	823 293,33
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos - Impostos e taxas imputados ao período	19 833 168,33	19 981 513,22
Devedores por acréscimos - Outros	2 264 252,37	2 909 477,85
Outros devedores	998 762,06	647 227,74
Subtotal	23 096 182,76	23 538 218,81
Subtotal	25 357 686,12	26 647 339,52
Total	119 817 441,57	128 705 813,30

Passivos financeiros

No que respeita aos Passivos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2021, e respetivos comparativos, estes encontram-se detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	6 698 809,19	8 616 240,37
Subtotal	6 698 809,19	8 616 240,37
Passivo corrente		
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	834 416,79	641 819,15
Fornecedores conta corrente-com garantias	578 969,06	496 719,46
Fornecedores - faturas em receção e conferencia	251 864,68	182 727,74
Subtotal	1 665 250,53	1 321 266,35
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores de investimentos conta corrente	2 027 103,05	1 706 109,66
Faturas em receção e conferencia	12 668,09	11 203,89
Subtotal	2 039 771,14	1 717 313,55
Financiamentos obtidos		
Financiamentos bancários	1 916 659,28	2 580 940,31
Outros financiamentos	-	2 459,16
Subtotal	1 916 659,28	2 583 399,47
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	6 793 204,20	6 307 743,13
Sindicatos	5 349,72	5 096,94
Outros credores	804 416,96	862 298,41
Pessoal	1 170,09	1 181,19
Subtotal	7 604 140,97	7 176 319,67
Subtotal	13 225 821,92	12 798 299,04

Participações financeiras

Os movimentos ocorridos em 2021 na rubrica participações financeiras constam do quadro seguinte:

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
			Compras	Outros	Alienações	Outras	
Participações de capital - MEP							
SIMAS de Oeiras e Amadora	50,00%	75 843 039,18	-	27 458 226,32	-	-	103 301 265,50
Participações de capital - ao custo							
Valorsul, S. A.	5,16%	1 465 066,49	-	-	-	-	1 465 066,49
Digihealth, S.A.	6,00%	-	-	-	-	-	-
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	5,69%	6 458 431,00	-	-	-	-	6 458 431,00
Fundo de Apoio Municipal	-	2 336 706,00	-	-	-	-	2 336 706,00
Total		86 103 242,67	-	27 458 226,32	-	-	113 561 468,99

Refira-se que a Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda sendo uma participada controlada a 100% pelo Município da Amadora foi integrada através do método da consolidação integral fazendo parte do grupo Autárquico, não sendo uma participação financeira em termos de contas consolidadas.

A variação ocorrida na rubrica Investimentos financeiros reflete os seguintes movimentos:

- Aplicação do método de equivalência patrimonial relativo ao investimento financeiro nos SIMAS de Oeiras e Amadora, tendo sido imputado o resultado líquido positivo apurado pela participada na proporção do controlo, no montante de 552.014,01 Euros o que originou um aumento do valor da participação;
- Por outro lado, verificou-se um aumento do valor da participação financeira nos SIMAS de Oeiras e Amadora, na quota-parte detida, decorrente da variação patrimonial dos fundos próprios da participada originando um aumento na valorização do investimento financeiro na ordem dos 26.758.597,28 Euros. Este aumento respeita essencialmente ao reconhecimento ao "custo considerado" das redes de distribuição de água e saneamento e consequente desreconhecimento destas tipologias de ativos registados ao "custo histórico", por contrapartida de Resultados transitados - ajustamento de transição. Refira-se ainda que o reconhecimento deriva de avaliação independente efetuada em 2021, face à prerrogativa prevista no Manual de Implementação do SNC-AP quanto à adoção do "custo considerado" quando não se encontra disponível informação sobre o "custo de aquisição" ou sobre o "custo depreciado".

Refira-se adicionalmente que a aplicação do método de equivalência patrimonial do empreendimento conjuntamente controlado (SIMAS de Oeiras e Amadora) teve por base as demonstrações financeiras, relativas ao ano de 2021, aprovadas a 20 de maio de 2022, sendo estas diferentes das utilizadas na aplicação do método de equivalência patrimonial nas contas individuais do Município da Amadora, onde foram utilizadas as últimas demonstrações financeiras disponíveis à data de preparação das mesmas, que não se encontram formalmente aprovadas e sobre as quais não havia sido ainda emitido o parecer de auditoria.

Os restantes investimentos, valorizados pelo método do custo, não sofreram nenhuma variação em 2021.

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

A listagem das entidades participadas registadas ao custo de aquisição apresenta-se no quadro seguinte:

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Partic. detida	Motivo de exclusão
Digihealth	503 573 663	Avenida do Forte, n.º 3, Edifício Suécia III, Piso 2, Camaxide	Prestação de serviços de assessoria e consultoria informática e de gestão a empresas e entidades de natureza pública ou privadas prestadoras de cuidados de saúde.	6,00%	Não detem controlo
Valorsul	509 479 600	Plataforma Ribeirinha da CP, Estação de Mercadorias da Bobadela, Loures	Exploração e gestão, em regime de serviço público, do sistema multimunicipal de tratamento e recolha seletiva de resíduos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste	5,16%	Não detem controlo
Águas do Tejo Atlântico	514 387 130	ETAR de Alcântara, Lisboa	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime exclusivo	5,69%	Não detem controlo

As transações ocorridas em 2021 com Partes Relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, bem como os seus saldos finais, apresentam-se de seguida:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% total das transações		
Rendimentos						
SIMAS de Oeiras e Amadora	Empreendimento conjunto	Rendimentos - Tarifa gestão de resíduos urbanos e saneamento	5 158 640,85	95,00%	30 046,79	Valor a receber de anos anteriores
		Tarifa de saneamento - valor a receber	-	0,00%	109 521,47	
Águas do Tejo Atlântico, S.A	Entidade participada	Dividendos obtidos	271 355,46	5,00%	-	Transferência de resultados de exercícios
Subtotal			5 429 996,31		139 568,26	
Gastos						
SIMAS de Oeiras e Amadora	Empreendimento conjunto	Gastos - consumo água	(1 002 286,93)	94,17%	-	
		Gastos - Tarifa gestão resíduos sólidos	(62 054,09)	5,83%	-	
Subtotal			(1 064 341,02)		-	
Total			4 365 655,29		139 568,26	

Em seguida apresenta-se a informação da remuneração agregada das pessoas chave da gestão e fiscalização do Grupo Municipal:

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos executivos, de fiscalização e Revisor Oficial de Contas 2021	Descrição	n.º pessoas	Valor anual bruto atribuído
Órgão Executivo (Município Amadora)	Presidente da Câmara e Vereadores com pelouro	8	318 799,85
Conselho de Administração do SIMAS Oeiras e Amadora	Presidentes do Conselho de Administração e administradores	3	-
Órgão de Gestão da Amadora Inovation	Gerência	3	-
Revisor Oficial de Contas (Município Amadora)	UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA. (1º semestre de 2021)	-	3 763,80
Revisor Oficial de Contas (Município Amadora)	DFK & Associados – Societ. Revisores Oficiais de Contas SA (contas anuais)	-	11 070,00
Órgão Fiscalização (SIMAS Oeiras e Amadora)	APPM & Associados SROC, Lda.	-	14 000,00
Órgão Fiscalização (Amadora Inovation)	Grant Thornton & Associados SROC, Lda.	-	6 600,00
Total			354 233,65

Nota 23 – Outras divulgações

Apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade do Município, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

Apresentamos de seguida algumas informações adicionais que consideramos relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

23.1 Diferimentos

No quadro seguinte apresenta-se o saldo final dos Diferimentos nos anos 2021 e 2020:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer		
Rendas-Ano Seguinte	28 487,29	28 487,29
Seguros-Ano Seguinte	222 807,52	226 427,26
Outros gastos diferidos	183 069,04	199 610,36
	434 363,85	454 524,91
Rendimentos a reconhecer		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições		
Administrações Publicas	323 777,45	1 428 800,00
Resto do Mundo	463 050,38	1 356 618,47
Outros	399 981,03	520 429,02
	1 186 808,86	3 305 847,49
Total	3 242 345,42	7 520 744,80

A redução do saldo de Rendimentos a reconhecer face ao ano anterior deve-se essencialmente à reclassificação para Fundos próprios após conclusão das obras associadas aos subsídios ao investimento. Verificou-se também uma redução de 828.800 Euros relativa ao desconhecimento do valor ainda por receber da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), na sequência de um Contrato Programa celebrado em 7 de novembro de 2016 para Instalação da Unidade de Saúde de Buraca – Águas Livres, por existirem incertezas acerca do seu recebimento.

23.2 Fornecimentos e serviços externos

No que respeita aos anos 2021 e 2020, o detalhe dos Fornecimentos e serviços externos encontra-se o quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Subcontratos e parcerias	5 418 455,59	3 895 049,48
Trabalhos especializados	2 288 590,94	1 207 247,77
Publicidade, comunicação e imagem	116 586,68	121 216,63
Vigilância e segurança	1 659 452,20	1 457 455,42
Honorários	278 709,20	177 850,47
Comissões	987 031,77	864 593,92
Conservação e reparação	4 341 074,24	3 175 972,23
Pecas, ferramentas e utensilios de desgaste rápido	3 286,71	12 164,96
Livros e documentação técnica	1 168,25	1 202,37
Material de escritório	105 449,08	103 627,25
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	57 391,31	59 028,83
Outros materiais de consumo	214 891,06	295 547,60
Eletricidade	3 372 522,20	3 684 231,87
Combustíveis e lubrificantes	683 891,53	966 739,36
Água	1 002 286,93	960 596,23
Deslocações, estadas e transportes	88 469,37	16 947,12
Rendas e alugueres	400 954,64	348 327,73
Comunicação	303 340,13	263 740,64
Seguros	297 492,90	279 438,26
Contencioso e notariado	15 963,19	14 027,80
Despesas de representação dos serviços	95,79	105,70
Limpeza, higiene e conforto	747 733,51	652 221,46
Outros serviços	1 429 263,90	893 123,12
Total	23 814 101,12	19 450 456,22

23.3 Gastos com pessoal

Os Gastos com o pessoal apresentaram a seguinte evolução nos anos 2021 e 2020:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	393 842,72	384 718,29
Remunerações do pessoal	26 066 218,12	24 860 875,51
Benefícios pós-emprego	17 077,26	16 770,20
Indemnizações	23 303,71	1 316,04
Encargos sobre remunerações	5 617 853,23	5 407 431,95
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	585 411,06	536 668,85
Outros gastos com o pessoal	1 459 510,36	1 076 466,54
Outros encargos sociais	162 599,27	171 077,15
Total	34 325 815,73	32 455 324,53

23.4 Transferências e subsídios concedidos e Prestações sociais

No quadro seguinte apresenta-se os gastos com transferências concedidas nos anos 2021 e 2020:



Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Transferências e subsídios concedidos		
Transferências correntes concedidas		
Estado	3 081 009,50	3 591 149,68
Associações de Municípios	1 633 674,78	1 633 674,78
Município	-	548 450,00
Freguesias	7 153 259,26	6 531 014,38
Instituições sem Fins Lucrativos	3 616 474,28	3 280 271,60
Famílias	701 371,99	694 367,53
Outros	529 328,95	331 065,04
	16 715 118,76	16 609 993,01
Transferências de capital concedidas		
Instituições sem Fins Lucrativos	14 309,57	186 132,19
Estado	21 500,00	-
Transferências para cobertura de prejuízos	150 781,52	-
	186 591,09	186 132,19
Prestações sociais	1 598 506,80	1 786 363,80
Total	18 500 216,65	18 582 489,00

23.5 Outros Gastos

No que respeita aos anos 2021 e 2020, o detalhe dos Juros e gastos similares suportados encontra-se o quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e taxas	99 780,31	225 114,17
Perdas em inventários	23,89	414,80
Gastos em investimentos não financeiros	79,44	15 182,77
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	3 328 184,44	3 006 491,02
Quotizações	36 861,04	27 592,03
Outros não especificados	58 464,03	83 667,08
Total	3 523 393,15	3 358 461,87

23.6 Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados apresentaram a seguinte evolução nos anos 2021 e 2020:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Juros de financiamentos obtidos	1 706,41	5 202,60
Juros de mora e compensatórios	3 229,39	3 683 142,62
Outros gastos de financiamento	21 681,11	19 505,62
Total	26 616,91	3 707 850,84



O elevado valor da rubrica de juros em 2020, que não se verifica em 2021, deveu-se a juros de mora pagos com a conclusão de um processo judicial, relativamente à indemnização sobre danos causados com a alteração de alvará de loteamento que tinha como objeto um conjunto de prédios denominados "Urbanização da Quinta Grande de Alfragide".

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE



GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021		
1. MUNICÍPIO DA AMADORA	NIF: 505456010	
ENDEREÇO POSTAL: Av. Movimento das Forças Armadas, nº 2 - 2701/961 AMADORA TELEFONE - TELEFAX: 214369000 / 214942938		
SISTEMA CONTABILISTICO: SNC-AP		
PRESIDENTE: CARLA MARIA NUNES TAVARES		
NÚMERO DE VEREADORES		
Em regime de permanência	6	
A Meio Tempo		
Restantes Vereadores	4	
NÚMERO DE ELEITORES		
MUNICÍPIO	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	Igual ou Superior a 40 000	<input checked="" type="checkbox"/>
2. LEGISLAÇÃO		
Constituição: Lei 45/79, de 11 de setembro		
3. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES		
<p>Desenvolve as competências nos termos do art.º 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.</p> <p>O Município detém a 100% uma Empresa Municipal - Amadora Inovation, E.M. Unipessoal Lda.</p> <p>A Amadora Inovation, é uma entidade certificada pela APCER-ISO 9001:2008, em todos os serviços que presta, com o reconhecimento do 1º nível de Excelência EFQM, Committed to Excellence e Avaliação CAF, tendo no âmbito do seu objeto, abrangendo as áreas da educação, ação social, saúde e desporto, empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos, as seguintes principais atividades: criação de "Ninhos de Empresas"; criação de um "Banco de Ideias"; criação e gestão de sociedades ou fundos de capital de risco vocacionados para o comércio e o empreendedorismo; desenvolvimento de ações que, pela sua natureza, concorram para a promoção nacional e internacional da imagem da Amadora como concelho competitivo e de excelência para os investidores; ensino/educação como forma de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades; apoio ao emprego, por conta de outrem ou através da promoção do autoemprego, mediante a criação e o acompanhamento de microempresas; execução e/ou promoção de obras de reparação, conservação ou beneficiação no domicílio de pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, de portadores de deficiência e de pessoas em situação de dependência, residentes no município da Amadora, que se encontrem em situação de precariedade socioeconómica; educação e formação de adultos.</p> <p>O Município detém uma participação de 50% nos SIMAS.</p> <p>Os SIMAS de Oeiras e Amadora são serviços intermunicipalizados de água e saneamento, com autonomia administrativa e financeira criados ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, cujo Regulamento de Organização dos Serviços foi publicado no DR, 2ª Serie - Nº 134, de 15 de julho de 2013.</p>		
4. RECURSOS HUMANOS		
PRESIDENTE: CARLA MARIA NUNES TAVARES		
MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO		
Em regime de permanência	7	
Carla Tavares / Presidente		
Vitor Ferreira		
Luís Lopes		
Susana Nogueira		
Ana Venâncio		
Ricardo Faria		
José Agostinho Marques		
Restantes Vereadores	4	
Suzana Garcia		
Martinho Chetano		
Man L...		
António Borges		

	RESPONSÁVEIS DE DIRECÇÃO
	<p>Departamento Administração Geral: Arlindo Cerejo Pinto Departamento Administração Urbanística: Pedro Jesus Costa Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural: Luís Vargas Departamento de Habitação e Requalificação Urbana: Manuela Esteves Departamento de Obras Municipais: Norberto Monteiro Departamento Financeiro: Pedro Costa Divisão de Serviços Urbanos: Cristina Pereira Divisão de Equipamentos Mecânicos: Manuela Pires Gabinete de Imprensa e Relações Públicas: Paula Maçaneiro Serviço de Veterinário Municipal: Susana Gonçalves Santos Divisão de Apoio à Câmara e à Assembleia Municipal: Paula Amaro Divisão de Informação Geográfica: João Carlos Antunes Divisão de Sistemas e Tecnologias de Informação: Ricardo Madeira Simões Serviço Municipal de Protecção Civil: Luís Carvalho Serviço de Polícia Municipal: Luís Carvalho</p>
	5. ORGANIZAÇÃO CONTABILISTICA
	<p>O Departamento Financeiro está totalmente informatizado. O fornecedor do software é a Medidata, Engenharia e Sistemas, SA. O sistema é composto por três aplicações integradas – Aplicação de Aprovisionamento, Aplicação de Contabilidade - SNC-AP / Tesouraria e Aplicação de Património.</p> <p>Os processos de despesa referentes à aquisição de bens e serviços são desenvolvidos a partir da Divisão de Aprovisionamento que regista as Requisições Internas e origina os Pedidos de Aquisição, desencadeia os procedimentos administrativos adequados após cabimento pela Divisão de Administração Financeira, adjudica após compromisso da despesa (pela DAF) e acompanha a gestão subsequente. A aplicação dispõe de funcionalidades de gestão documental e workflow que permitam o acompanhamento e a autorização eletrónica de todas as fases de validação técnica e autorização. A aplicação de Aprovisionamento permite, por outro lado, gerir e controlar as inventários da autarquia, através do registo da entrada e saída de bens (Inventário Permanente).</p> <p>A aplicação de Contabilidade SNC-AP permite a elaboração e gestão integradas dos Documentos Previsionais - Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos/PPI e Plano de Ações Municipais/PAM) e dos Documentos de Prestação de Contas. Esta aplicação compreende as funcionalidades inerentes à contabilidade orçamental e patrimonial e emissão automática dos Mapas de reporte para a DGAL/SISAL. A aplicação dispõe de funcionalidades de gestão documental e workflow nos domínios da validação e autorização dos documentos contabilísticos da despesa e da confirmação eletrónica de faturas e de conferência/verificação e autorização eletrónica de Ordens de Pagamento.</p> <p>A aplicação de Património constitui uma ferramenta que efetua a inventariação e gestão dos bens do Município e compreende a codificação dos bens obedecendo ao Classificador Geral e à classificação económica e patrimonial, o registo das alterações patrimoniais, o cálculo anual das depreciações/amortizações e a gestão dos projetos financiados/depreciação dos rendimentos diferidos.</p> <p>A aplicação de Pessoal (que é gerida pelo Departamento de Administração Geral) está integrada com a aplicação de Contabilidade através da funcionalidade de emissão automática das ordens de pagamento dos vencimentos e descontos para as várias entidades.</p>
	<p>A aplicação da Gestão das Rendas de Habitação Social está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Cemitérios está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Publicidade está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Feiras e Mercados está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação de execuções fiscais está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade de emissão de guias de recebimento.</p>




Município da Amadora

ANEXO II - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

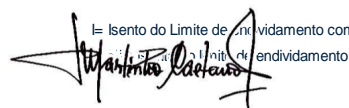
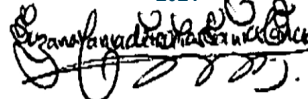
Manuel Carlos

Mapa de Empréstimos

Euros

Caracterização do Empréstimo	Data de Aprovação pela A.M.	Data de Contratação empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade Empréstimo	Capital		Taxa de Juro (%)			Encargos do Ano			Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 01-01-2021	Dívida em 31.12.2021	Obs.
					Nº Reg.	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros de Mora				
Curto Prazo																			
Total																			
Médio e Longo Prazos																			
- Programa Especial de Reajuntamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 30 Fogos do Zambujal	21-03-1996	14-01-1997	25	21	69 030/96	30-12-1996	I	562 496,38	562 496,38	3,10	0,098	25 033,26	26,17	25 059,43	-	-	75 127,57	50 094,31	
- Programa Especial de Reajuntamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 92 Fogos do Zambujal/Buraca	21-03-1996	13-01-1997	25	22	26 031/96	30-12-1996	I	1 702 312,43	1 702 312,43	2,63	0,106	77 184,76	68,40	77 253,16	-	-	115 795,51	38 610,75	
- Recuperação do Parque Escolar Municipal	01-02-2001	22-06-2001	20	20	960/01	24-05-2001	N	20 949 511,68	16 995 690,25	3,68	0,150	628 076,78	-	628 076,78	-	-	628 076,78	-	
- Qualificação Urbanística	02-12-2004	02-12-2004	20	17	000176	23-03-2005	N	2 177 269,00	2 103 291,38			131 754,70	-	131 754,70	-	-	527 015,46	395 260,76	
							I	3 971 677,00	3 088 977,93			193 500,22	-	193 500,22	-	-	774 004,22	580 504,00	
- Programa Especial de Reajuntamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 1694 Fogos do Casal da Boba, Coopalme, Cebi e Casal da Mira.	28-09-2000	06-12-2000	25	19	4 761/00	27-04-2001	I	23 656 487,86	23 309 231,93	1,27	0,000	1 298 395,08	-	1 298 395,08	-	-	7 249 207,85	5 950 812,77	
- Programa Especial de Reajuntamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 284 Fogos Casal do Silva	22-11-2002	25-11-2002	25	17	2249/03	23-10-2003	I	5 400 000,00	5 230 199,37	0,97	0,362	227 767,41	1 611,55	229 378,96	-	-	1 827 953,29	1 600 185,88	
TOTAL								58 419 754,35	52 992 199,67			2 581 712,21	1 706,12	2 583 418,33	-	-	11 197 180,68	8 615 468,47	

Isento do Limite de Endividamento com base no artigo 24º do Decreto-Lei nº 42/98 - Lei das Finanças Locais


Relatório e Contas Consolidadas
2021


Município da Amadora

3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

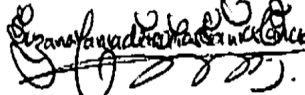
Manuel Carlos

Luís Miguel

Município da Amadora

4.1 - Demonstração consolidada do desempenho orçamental





Município da Amadora

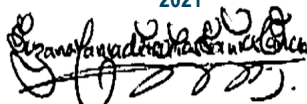
Rubrica	RECEBIMENTOS	2021	2020	Rubrica	PAGAMENTOS	2021	2020
	Saldo de gerência anterior	101 672 990,60	101 747 968,83				
	Operações orçamentais [1]	100 484 251,72	103 623 240,01				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00	99 050 491,01				
	Operações de tesouraria [A]	4 617 204,80	5 938 126,46				
	Receita corrente				Despesa corrente		
R1	Receita fiscal	38 125 938,08	39 801 236,86	D1	Despesas com o pessoal	39 540 324,35	36 299 343,75
R11	Impostos diretos	36 556 091,27	38 451 745,86	D11	Remunerações Certas e Permanentes	28 950 841,72	26 911 901,43
R12	Impostos indiretos	1 569 846,81	1 349 491,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 505 109,64	1 336 540,38
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas	0,00	0,00	D13	Segurança social	9 084 373,00	8 050 901,94
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 150 627,00	1 090 078,24	D2	Aquisição de bens e serviços	43 423 562,06	41 475 975,31
R4	Rendimentos de propriedade	2 710 967,80	2 764 376,62	D3	Juros e outros encargos	26 900,75	3 709 030,65
R5	Transferências e subsídios correntes	37 225 285,59	37 245 257,54	D4	Transferências e subsídios correntes	16 803 371,21	18 057 932,45
R51	Transferências correntes	37 225 285,59	37 022 062,35	D41	Transferências correntes	16 146 529,04	17 466 384,42
R511	Administrações Públicas	37 149 225,75	36 345 804,19	D411	Administrações Públicas	11 878 963,73	13 789 627,47
R5111	Administração Central - Estado Português	36 284 891,54	34 827 143,79	D4111	Administração Central - Estado Português	3 092 029,69	3 576 488,31
R5112	Administração Central - Outras entidades	207 492,04	18 660,40	D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	D4115	Administração Local	8 786 934,04	8 713 139,16
R512	Exterior - U E	53 390,88	77 038,13	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	3 637 983,98	3 306 416,22
R513	Outras	22 668,96	7 672,00	D413	Famílias	100 252,38	39 275,69
R515	Administração Local	0,00	0,00	D414	Outras	529 328,95	331 065,04
R52	Subsídios correntes	0,00	170 981,90	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	35 077 528,51	32 030 868,97	D5	Outras despesas correntes	2 498 174,92	3 968 836,09
R7	Outras receitas correntes	1 043 995,79	563 892,62		Despesa de capital		
	Receita de capital			D6	Aquisição de bens de capital	20 925 553,32	14 343 522,76
R8	Venda de bens de investimento	8 459,15	9 981,45	D7	Transferências e subsídios de capital	2 234 017,68	2 621 444,63
R9	Transferências e subsídios de capital	4 920 036,70	4 640 580,43	D71	Transferências de capital	2 234 017,68	2 621 444,63
R91	Transferências de capital	4 920 036,70	4 640 580,43	D711	Administrações Públicas	21 500,00	0,00
R911	Administrações Públicas	4 797 412,78	3 942 031,65	D7111	Administração Central - Estado Português	21 500,00	0,00
R9111	Administração Central - Estado Português	4 797 412,78	3 942 031,65	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7113	Segurança Social	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7114	Administração Regional	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7115	Administração Local	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	14 309,57	186 132,19
R912	Exterior - U E	0,00	14 996,14	D713	Famílias	2 198 208,11	2 435 312,44
R913	Outras	122 623,92	683 552,54	D714	Outras	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D72	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	201 480,36	D8	Outras despesas de capital	13 087,20	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	90 397,31	443 143,03		Despesa efetiva [5]	125 464 991,49	120 476 085,64
	Receita efetiva [2]	120 353 235,92	118 790 896,11		Despesa não efetiva [6]	2 581 676,21	3 346 119,82
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	129 817,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	2 581 676,21	3 216 302,82
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00		Soma [7] = [5] + [6]	128 046 667,70	123 822 205,46
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	0,00	0,00		Operações de tesouraria [C]	6 044 002,28	8 724 579,48
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	220 837 487,64	222 414 136,12		Saldo para a gerência seguinte	94 072 545,28	0,00
	Operações de tesouraria [B]	6 534 227,75	5 067 529,69		Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	92 790 819,94	98 591 930,66
					Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	5 107 430,27	2 281 076,67
					Saldo global [2] - [5]	-5 111 755,57	-1 685 189,53
					Despesa primária	125 438 090,74	116 767 054,99
					Saldo corrente	13 042 009,48	9 984 592,59
					Saldo de capital	-18 153 765,04	-11 689 782,12
					Saldo primário	-5 084 854,82	2 023 841,12
					Receita total [1] + [2] + [3]	220 837 487,64	222 414 136,12
					Despesa total [5] + [6]	128 046 667,70	123 822 205,46

Manuel Carlos

Município da Amadora



4.2 - Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza



Município da Amadora

Rubrica	Liquidações	2021	2020	Rubrica	Pagamentos	2021	2020
Receita corrente		118 010 474,06	114 984 952,58	Despesa corrente		103 107 811,97	104 674 360,06
R1	Receita fiscal	38 330 024,18	39 640 736,80	D1	Despesas com o pessoal	40 081 628,43	37 358 958,31
R11	Impostos diretos	36 556 091,27	38 451 745,86	D11	Remunerações Certas e Permanentes	29 457 195,12	27 509 367,23
R12	Impostos indiretos	1 773 932,91	1 188 990,94	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 527 205,24	1 359 019,99
R2	Contribuições para sist. de proteção social e su	0,00	0,00	D13	Segurança social	9 097 228,08	8 490 571,09
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 190 503,93	1 066 482,88	D2	Aquisição de bens e serviços	43 694 551,42	41 585 120,64
R4	Rendimentos de propriedade	2 839 537,98	2 841 894,86	D3	Juros e outros encargos	26 900,75	3 710 594,74
R5	Transferências e subsídios correntes	37 378 495,23	37 141 737,08	D4	Transferências e subsídios correntes	16 804 831,45	18 057 932,45
R51	Transferências correntes	37 378 495,23	36 519 400,25	D41	Transferências correntes	16 147 989,28	17 466 384,42
R511	Administrações Públicas	37 145 609,81	36 434 690,12	D411	Administrações Públicas	11 878 963,73	12 289 627,47
R5111	Administração Central - Estado Português	36 281 275,60	34 916 029,72	D4111	Administração Central - Estado Português	3 092 029,69	3 576 488,31
R5112	Administração Central - Outras entidades	207 492,04	18 660,40	D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	1 500 000,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	D4115	Administração Local	8 786 934,04	7 213 139,16
R512	Exterior - U E	210 216,46	208 695,20	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	3 639 254,56	3 306 416,22
R513	Outras	22 668,96	7 672,00	D413	Famílias	100 442,04	39 275,69
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	D414	Outras	529 328,95	331 065,04
R6	Venda de bens e serviços	37 068 205,81	33 665 479,93	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	1 203 706,93	628 621,04	D5	Outras despesas correntes	2 499 899,92	3 961 753,93
Receita de capital		5 078 808,62	4 269 034,34	Despesa de capital		23 185 151,53	16 981 127,31
R8	Venda de bens de investimento	8 109,15	25 681,45	D6	Aquisição de bens de capital	20 938 046,65	14 359 682,68
R9	Transferências e subsídios de capital	5 070 699,47	4 015 255,90	D7	Transferências e subsídios de capital	2 234 017,68	2 621 444,63
R91	Transferências de capital	5 070 699,47	4 015 255,90	D71	Transferências de capital	2 234 017,68	2 621 444,63
R911	Administrações Públicas	4 948 075,55	3 942 031,65	D711	Administrações Públicas	21 500,00	0,00
R9111	Administração Central - Estado Português	4 948 075,55	3 942 031,65	D7111	Administração Central - Estado Português	21 500,00	0,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7113	Segurança Social	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7114	Administração Regional	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D7115	Administração Local	0,00	0,00
R912	Exterior - U E	0,00	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	14 309,57	186 132,19
R913	Outras	122 623,92	14 996,14	D713	Famílias	2 198 208,11	2 435 312,44
R92	Subsídios de capital	0,00	58 228,11	D714	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D72	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	90 397,31	228 096,99	D8	Outras despesas de capital	13 087,20	0,00
	Receita efetiva [2]	123 089 282,68	119 253 986,92		Despesa efetiva [5]	126 292 963,50	121 655 487,37
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	2 581 676,21	3 346 119,82
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	129 817,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	2 581 676,21	3 216 302,82
Receita Total [4] = [1] + [2] + [3]		123 089 282,68	119 253 986,92	Despesa total [7] = [5] + [6]		128 874 639,71	125 001 607,19